



ACÓRDÃO Nº17/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11176/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Almiro Goes dos Santos.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7842/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual, de responsabilidade do **Sr. Almiro Goes dos Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, referente ao exercício de 2016, com fulcro no art. 22, III, alínea b, da Lei nº 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Almiro Goes dos Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, no valor de R\$13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelas restrições 5, 6, 8, 10 e 11 da DICOP e 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da DICAMI, com fulcro no art. 54, inciso II, da Lei n.º 2423/96-LOTCE c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/02- RITCE/AM.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº17/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Considerar em Alcance o Sr. Almiro Goes dos Santos no valor de **R\$36.625,00** (trinta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais), incluídos neste valor a glosa de **R\$1.800,00** referente a realização de despesas sem comprovação de finalidade pública (item 11 da notificação); **R\$14.825,00** (quatorze mil, oitocentos e vinte e cinco reais), referentes a despesas não comprovadas (item 13 da notificação); **R\$12.000,00** (doze mil reais) referente a retiradas em espécie sem comprovação de finalidade (item 15 da notificação) e **R\$8.000,00** (oito mil reais) referente a pagamento de diárias sem o cumprimento da legislação (item 16 da notificação), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, com fundamento no art. 304, I, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei 2.423/96;

10.4. Recomendar ao Câmara Municipal de Santa Isabel do Rio Negro:

10.4.1. Observe os prazos referentes ao Sistema E-Contas e Sistema GEFIS;

10.4.2. Haja nomeação de um representante para acompanhar e fiscalizar o ciclo de recebimento de materiais;

10.4.3. Providencie a contabilização da depreciação dos bens pertencentes ao Legislativo.

10.5. Dar ciência ao **Sr. Almiro Goes dos Santos** do Acórdão;

10.6. Arquivar o processo após cumprimento de decisão, nos termos regimentais.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Janeiro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº17/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO